

PLANEJAMENTO URBANO

Marques de Souza quer revisar regras de ocupação urbana

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A prefeitura de Marques de Souza iniciou um processo formal de revisão das regras de ocupação urbana após a enchente histórica de 2024, que atingiu cerca de 65% da área urbana e resultou na condenação de 61 moradias. Enquanto aguarda a conclusão de um levantamento planialtimétrico completo contratado pelo município, a gestão suspendeu novas construções nas áreas alagadas e prepara a definição de cotas mínimas e critérios técnicos para futuras edificações.

A enchente, que se prolongou por três dias e alcançou níveis históricos deixou marcas distintas: áreas de arrasto, onde a força da correnteza destruiu estruturas, e áreas de remanso, onde a água permaneceu acumulada, com até um metro de lodo. O primeiro momento foi de reconstrução emergencial. Agora, segundo o prefeito Fábio Mertz, a prioridade é estruturar um planejamento que reduza vulnerabilidades.

“Atualmente, faltam cerca de 2% ou 3% para concluirmos a recuperação estrutural. A partir daí começa a discussão mais complexa: como o município vai crescer daqui para frente”, afirma.

Embora não seja obrigada a ter Plano Diretor por ter menos de 25 mil habitantes, a prefeitura decidiu avançar na organização de um planejamento mais amplo. Inicialmente, buscou recursos estaduais que variavam entre R\$ 500 mil e R\$ 700 mil para elaborar esse instrumento. Como a verba não se confirmou, o município



FELIPE STEFANI/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Trabalho da Univates propõe revisão do perímetro e realocação de zonas vulneráveis no município do Vale do Taquari

abriu licitação e contratou empresa especializada para mapear cotas altimétricas, níveis de inundação e características topográficas da área urbana.

O estudo técnico servirá de base para definir onde poderá haver expansão, quais áreas terão restrições permanentes e como tratar zonas de arrasto e remanso. Até a conclusão do diagnóstico, projetos protocolados para construção em áreas atingidas seguem sem liberação.

“Não é viável simplesmente proibir qualquer construção onde houve alagamento, porque

isso inviabilizaria o crescimento da cidade. Mas também não podemos ignorar o risco. Precisamos encontrar um equilíbrio, com regras claras e transparência”, diz o prefeito.

O debate local ocorre em paralelo a um movimento regional. A Universidade do Vale do Taquari (Univates) tem atuado no apoio técnico a municípios do Vale do Taquari na revisão de planos e diretrizes urbanas após as cheias. Nesse contexto, ganha destaque o Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Gabriele de Castro, moradora de Marques de Souza.

O estudo analisa a formação histórica do município às margens do rio Forqueta e propõe

revisão do perímetro urbano, realocação de loteamentos vulneráveis, criação de parques lineares em áreas críticas e desenvolvimento de novas zonas residenciais em altitudes mais elevadas.

A autora partiu de levantamento de relevo, hidrografia, uso do solo, análise comparativa das enchentes de 2010 e 2024 e aplicação de matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Uma das conclusões é que o limite urbano atual concentra-se justamente nas áreas mais suscetíveis a inundação.

“Os eventos não são isolados. Eles fazem parte da dinâmica natural do território. Não basta reconstruir o que existia antes. É preciso reconstruir de forma

diferente”, afirma Gabriele, que decidiu desenvolver o trabalho após ver a casa da avó ser levada pela enxurrada.

Para o professor Augusto Alves, orientador do estudo, a enchente escancarou um padrão histórico de ocupação comum em cidades do Vale: crescimento orgânico às margens dos rios, sem planejamento contínuo e sem atualização permanente das cotas de cheia.

“As cidades se desenvolveram onde era mais fértil e onde o rio permitia circulação. Só que o padrão de eventos extremos mudou. Hoje, o mapeamento detalhado de áreas de risco precisa ser incorporado ao zoneamento e respeitado”, afirma.

Ele ressalta que, embora um TCC não substitua um Plano Diretor formal, pode funcionar como diagnóstico estruturado e ponto de partida. “Em municípios pequenos, muitas vezes há apenas um profissional técnico trabalhando poucas horas por semana. Um estudo acadêmico qualificado já amplia a capacidade de análise do poder público.”

No médio e longo prazo, a prefeitura avalia a possibilidade de transformar áreas de maior risco em parques lineares ou zonas de preservação permanente, mediante indenização. A proposta dialoga com sugestões presentes no estudo acadêmico.

O desafio, segundo Mertz, é conciliar segurança climática, desenvolvimento urbano e o momento econômico do município, que começa a sentir os efeitos da duplicação da BR-386, com novos investimentos e pressão por expansão imobiliária.

INFRAESTRUTURA

Quarta ponte para ligar áreas de Arroio do Meio é inaugurada

Alegria e celebração marcaram a inauguração da terceira ponte restabelecida após as catástrofes climáticas de 2024, reconectando famílias do Distrito de Arroio Grande, em Arroio do Meio. O evento contou com a presença de moradores, líderes locais e autoridades.

A estrutura sobre o Arroio Grande, próximo ao Esporte Clube Guarani, foi executada com recursos do governo federal, por meio

da Defesa Civil, com investimento de R\$ 388 mil. A nova estrutura tem 16 metros de extensão e 5,5 metros de largura e foi executada em concreto armado, transpondo o arroio Grande. A empresa responsável foi a Graxain Construtora Ltda, vencedora do processo licitatório. O município elaborou o projeto e executou o aterro das cabeceiras.

Na ocasião, o prefeito Sidnei Eckert reforçou a importância da ponte para conectar as famílias do

Distrito e permitir o escoamento da produção, com a devida estrutura e segurança.

A ponte integra um conjunto de seis estruturas custeadas com recursos federais. Em 2025 foram inauguradas as pontes do Tico-Tico e Calipal. A quarta ponte, também no Distrito de Arroio Grande, próximo ao acesso da estrada secundária, está em fase de conclusão do aterro e deve ser liberada nas próximas semanas.



MAICA VIVIANE GEBING/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Estrutura reconecta famílias do distrito de Arroio Grande, impactadas pela enchente